

DECRETO Nº 22.996 DE 20 DE MARÇO DE 2007

Cria Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo - COETRAE.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo - COETRAE, vinculada à Secretaria Extraordinária dos Direitos Humanos do Governo do Estado do Maranhão.

Art. 2º - Compete à COETRAE:

- I - elaborar e acompanhar o cumprimento das ações constantes do Plano Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo, propondo as adaptações que se fizerem necessárias;
- II - acompanhar a tramitação de projetos de lei relacionados com o combate e erradicação do trabalho escravo na Assembléia Legislativa, bem como propor atos normativos que se fizerem necessários à implementação do Plano de que trata o inciso I;
- III - acompanhar e avaliar os projetos de cooperação técnica firmados entre o Governo maranhense e os organismos nacionais e internacionais;
- IV - propor a elaboração de estudos e pesquisas e incentivar a realização de campanhas relacionadas à erradicação do trabalho escravo;
- V - elaborar e aprovar seu regimento interno.

Art. 3º A COETRAE será integrada:

- I - pelo Secretário Extraordinário dos Direitos Humanos, que a presidirá;
- II - pelos seguintes Secretários de Estado:
 - a) do Trabalho e Economia Solidária;
 - b) da Segurança Cidadã;
 - c) da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural;
 - d) do Meio Ambiente e Recursos Naturais;
 - e) do Desenvolvimento Social.
- III - por representantes do Ministério Público Estadual, do Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, da Delegacia Regional do Trabalho, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal;
- IV - por até nove representantes de entidades privadas não governamentais, reconhecidas estadualmente, e que possuam atividades relevantes relacionadas ao combate ao trabalho escravo.

§ 1º Os representantes de que tratam os incisos I a IV poderão ter substitutos por eles indicados.

§ 2º Poderão ser convidados a integrar a COETRAE, na qualidade de observadores, representantes de instituições públicas ou privadas, que possuam notórias atividades no combate ao trabalho escravo.

§ 3º A COETRAE terá um vice-presidente, eleito entre os representantes, mediante votação por maioria absoluta.

Art. 4º A participação dos membros na COETRAE não será remunerada e seu exercício será considerado de relevante interesse público.

Art. 5º O regimento interno da COETRAE disporá sobre seu funcionamento e será elaborado no prazo de sessenta dias, a contar de sua instalação.

Art. 6º A Casa Civil, por intermédio da Secretaria Extraordinária dos Direitos Humanos dará o apoio técnico, administrativo e financeiro necessário ao funcionamento da COETRAE.

Art. 7º A primeira indicação dos representantes de que trata o art. 3º será feita pelos titulares dos respectivos órgãos e entidades, no prazo máximo de vinte dias após a publicação deste Decreto.

Art. 8º A instalação da COETRAE dar-se-á no prazo de quarenta e cinco dias a contar da data de publicação deste Decreto.

Art. 9º As deliberações da COETRAE serão registradas em ata e publicadas no Diário Oficial do Estado.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 20 DE MARÇO DE 2007, 186º DA INDEPENDÊNCIA E 119º DA
REPÚBLICA.

JACKSON LAGO
Governador do Estado do Maranhão

ADERSON LAGO
Secretário-Chefe da Casa Civil